

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**Expeça - se**

**Publique - se**

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Durante a pandemia aceleramos em sete anos a digitalização da nossa economia.

As dificuldades impostas por razões de saúde pública pelos vários confinamentos aguçaram o engenho das empresas que lançaram mãos do digital para manter o contacto com os clientes e as vendas mesmo com a porta física dos seus estabelecimentos fechados.

Acelerou-se o processo de disseminação do trabalho remoto, um novo modelo já em prática em muitas empresas onde as pessoas podem escolher onde querem estar e de onde querem trabalhar.

Os nómadas digitais são os novos trabalhadores - turistas. No Algarve, em particular nos concelhos da Costa Vicentina de Aljezur e Vila do Bispo e nas zonas do interior da região e fora dos grandes centros urbanos, são cada vez mais frequentes estes trabalhadores remotos onde passam largas temporadas com impacto muito positivo para a economia local.

Também as grandes empresas iniciaram um processo de dispersão pelo território, fugindo dos grandes centros urbanos, onde se assiste ao aumento progressivo da poluição sonora, visual e do ar, os custos de contexto cada vez maiores e os fenómenos das alterações climáticas, como o efeito estufa, a inversão térmica e as ilhas de calor cada vez mais sentidos e frequentes.

Esta nova realidade vai ter consequências em todas as áreas económicas, mas muito em particular nas empresas da fileira do turismo, onde é expectável uma maior especialização e mudanças profundas na forma como ainda operam no mercado.

Assim, disponibilizar uma boa cobertura de fibra ótica pelo país periférico é absolutamente crítico para que este movimento económico de fixação de empresas em territórios de baixa densidade e de captação de trabalhadores remotos possam também ocorrer em Portugal.

Este desafio é particularmente relevante para o Algarve.

De acordo com a ANACOM o Algarve, juntamente com o Alentejo, são as duas regiões do país com a mais baixa taxa nacional de cobertura de internet fixa de alta velocidade.

No Algarve, apenas 62,1% dos alojamentos podem instalar serviços suportados por fibra ótica, enquanto a média nacional é de 83%. Relativamente ao cabo coaxial mantém-se a desvantagem comparativa, a cobertura no Algarve é de 53,4% enquanto a média nacional é de 59,4%.

Tratam-se de valores muito abaixo da média nacional e que configuram uma efetiva desvantagem territorial em claro sentido contrário com os princípios orientadores do XII Governo Constitucional, tanto no âmbito da coesão territorial “Apostar no potencial competitivo dos territórios de baixa densidade, para acolher investimento empresarial inovador e competitivo, reposicionando o interior de Portugal, como espaço de uma nova atratividade”, como no estímulo à digitalização da economia “Tornar mais atrativo o recurso ao teletrabalho, garantindo vantagens para esta forma de contratação para funções que possam ser prestadas fora dos grandes centros populacionais”.

Nestes termos, os deputados eleitos pelo Partido Socialista questionam o Ministério das Infraestruturas e da Habitação sobre:

1. Que planos tem o Governo para que o Algarve ultrapasse o défice de cobertura de internet de alta velocidade e se apresente como um território de excelência para atrair empresas que pretendam sair das grandes metrópoles e oferecer cada vez melhores condições para receber nómadas digitais?

Palácio de São Bento, 9 de abril de 2021

Deputado(a)s

LUÍS GRAÇA(PS)

JAMILA MADEIRA(PS)

MARIA JOAQUINA MATOS(PS)

ANA PASSOS(PS)

FRANCISCO PEREIRA OLIVEIRA(PS)